

## Protocolo 19- 111.848/2022

---

**De:** Sandra P. - SMA - DLA

**Para:** Representante: KOEDDERMANN CONSULTORES ASSOCIADOS

**Data:** 08/12/2023 às 15:45:02

**Setores envolvidos:**

SGA - DEPE, SMA - DEDA, SFA - CPD, SMA - ADM - PROT, SMA - DLA

### SMA - Supressão de Vegetação (IN 24)

Prezado(a),

Segue anexo o Parecer Técnico N° 569/2023.

Atenciosamente,

—

**Sandra Aguiar de Oliveira Pires**

*Especialista Ambiental | Engenheira Florestal*

*Matrícula nº 49.413*

**Anexos:**

Parecer\_569\_2023\_Aya\_Empreendimentos\_Imobiliarios\_LTDA\_Protocolo\_111\_848\_2023\_IN\_24.pdf

**PARECER SEMAM N° 569/2023**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**Protocolo:** 111.848/2023

**Requerente:** Aya Empreendimentos Imobiliários LTDA.

**CPF/CNPJ:** 41.357.795/0001-77

**Endereço:** Rodovia L.A.P. Rodesindo Pavan, s/n, bairro Estaleiro

**DIC:** 27771

**Solicitação:** Supressão de vegetação em fragmento florestal.

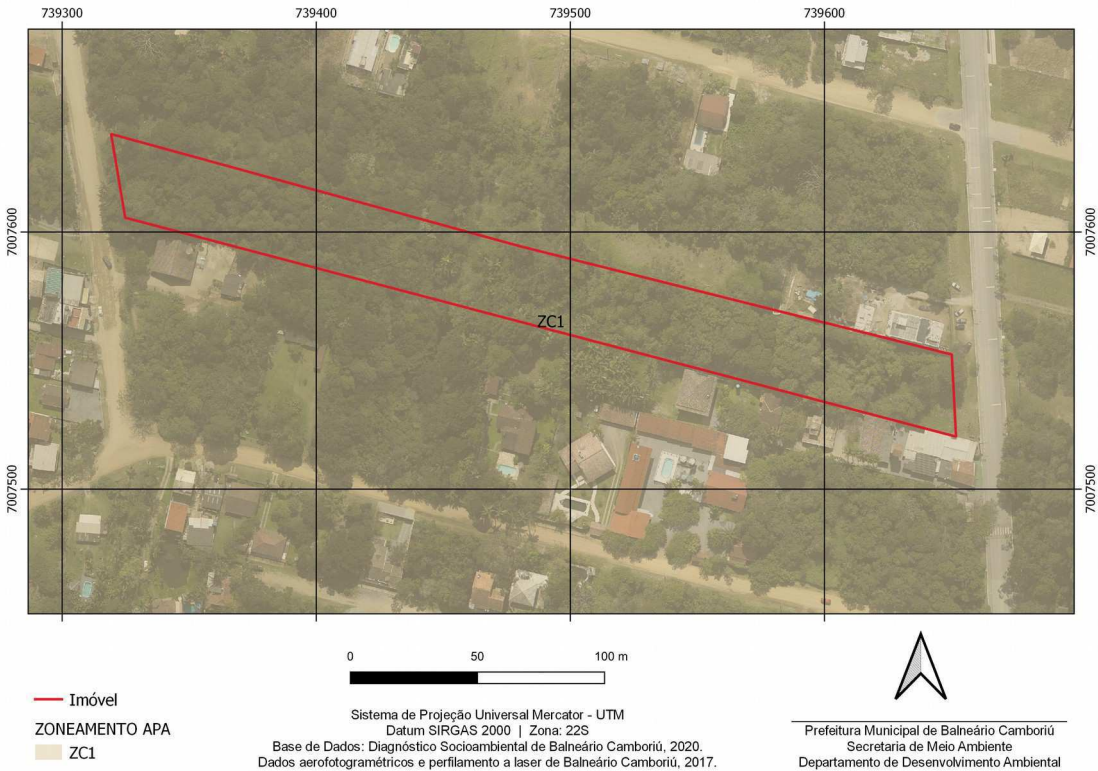
**2. DO PEDIDO**

- a. O requerente solicita a supressão de uma área **remanescente de vegetação** para a implantação de um condomínio residencial, vinculado ao processo de licenciamento ambiental nº 110.791/2022.

**3. DA ANÁLISE**

- a. Trata-se de solicitação de supressão de vegetação, situada em terreno particular com dimensão de 10.615,70 m², que possui área total vegetada correspondente à **8.848,98 m²**, conforme informações apresentadas no protocolo.
- b. A área objeto do pedido de supressão insere-se em imóvel situado na Área de Proteção Ambiental (**APA**) Costa Brava, especificamente na Zona de Conservação Especial (**ZC1**), conforme pode ser observado na figura a seguir.

**Figura 1. Zoneamento do imóvel.**



**PARECER SEMAM N° 569/2023**

c. Considerando a análise dos documentos enviados pelo requerente, as normas legais vigentes e a análise dos dados geográficos do município, faz-se as seguintes pontuações:

1) Com relação ao remanescente florestal, com área total de **8.848,98 m²**, a vegetação está caracterizada como **estágio médio de regeneração**, conforme apresentado no Inventário Florestal. A Lei Federal n° 11.428, de 26 de dezembro de 2006, denominada Lei da Mata Atlântica, estabelece que a supressão será admitida no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação em no mínimo 30%. Contudo, considerando que o imóvel situa-se na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa Brava, o Plano de Manejo estabelece que para novos parcelamentos e condomínios, a restrição à supressão será maior que a legislação federal, devendo-se garantir a preservação em, no mínimo, **50%** (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, com possibilidade de supressão de até 50% da área vegetada. Destaca-se que o empreendedor propôs a **manutenção** de uma área de **4.451,27 m²**, conforme anexo denominado ANEXO\_04\_FINAL\_IMUNE\_E\_CORTE\_AYA\_14\_03\_23\_Modelo\_1\_1\_2\_.pdf.

2) Além da manutenção de uma porcentagem mínima de cobertura vegetal no imóvel, é importante destacar que a Lei Federal n° 11.428/2006 estabelece que o corte ou a supressão ficam condicionados à **compensação ambiental**, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada. Nesse sentido, o empreendedor propôs a compensação ambiental em uma área de **4.398,97 m²**, em imóvel situado no município de Camboriú, conforme anexo denominado ANEXO\_03\_Item\_iii\_3\_2\_.pdf.

3) Concernente a **reposição florestal**, obrigatória para todo aquele que detém autorização para supressão (Art.33, § 1º, da Lei Federal N° 12.651/2012), destaca-se que poderá ser realizada mediante o plantio de espécies preferencialmente nativas, ou por meio da compra de créditos de reposição florestal no Sistema SINAFLOR. Para tal, torna-se indispensável estimar **corretamente a volumetria** prevista para a supressão, informação ainda não apresentada pelo empreendedor, conforme explicitado no item 4.3 deste parecer.

4) Sobre o Inventário Florestal, concernente às solicitações previstas no Parecer Técnico N° 168/2023:

4.1) Na última versão do inventário apresentada, o empreendedor informou uma área de supressão equivalente à **2.259,71 m²** (página 11). No entanto, na planta referente ao documento denominado ANEXO\_04\_FINAL\_IMUNE\_E\_CORTE\_AYA\_14\_03\_23\_Modelo\_1\_1\_2\_, a área de supressão corresponde à **4.397,71 m²**. Dessa forma, as informações continuam **divergentes**.

Assinado por: SANDRA AGUIAR DE OLIVEIRA PIRES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/D9C1-F4B2-DE51-12D8> e informe o código D9C1-F4B2-DE51-12D8

**PARECER SEMAM N° 569/2023**

**4.2)** Ao se solicitar esclarecimentos sobre divergências apresentadas nos dados médios por unidade amostral, assim como para os cálculos estatísticos, constatou-se que na última versão do inventário foram retiradas tais informações. Tal medida deixa o inventário florestal em desacordo com a IN 24 do IMA, necessitando que sejam adicionadas as informações mínimas como análise estatística, parâmetros fitossociológicos, volume por hectare. Ademais, salienta-se que é necessário especificar corretamente no inventário a área total de remanescente florestal existente no imóvel, área a ser suprimida e área de manutenção.

**4.3)** Na página 11 do inventário, cita-se uma estimativa de volume a ser suprimido de 0,6761 m<sup>3</sup>, no entanto, tal valor é inferior ao obtido em uma única parcela, por exemplo (Parcela A possui volume total de 1,1884 m<sup>3</sup>). Deve-se estimar corretamente o volume obtido para as parcelas amostrais individualmente (100 m<sup>2</sup>) e para o somatório (500 m<sup>2</sup>), assim como o volume extrapolado para a área total a ser suprimida. Ademais, recomenda-se que seja utilizado o fator de forma de 0,8 (CORREIA; FANTINI; PIAZZA, 2017)<sup>1</sup> ou que seja utilizado modelo volumétrico ajustado e recomendado pelo IFFSC (2019)<sup>2</sup>. Caso seja utilizado outro fator de forma ou modelo volumétrico, apresentar sua justificativa. Salienta-se que a estimativa correta do volume faz-se necessário para fins de reposição florestal.

**4.4)** Na Tabela da página 16, o somatório correspondente à Parcela C, do inventário, continua incorreto.

**4. DO PARECER**

- a. Considerando a análise dos documentos apresentados.
- b. **HÁ VIABILIDADE** para a supressão do **fragmento florestal**, no entanto, mediante o atendimento das seguintes condições:
  - i) Realização dos ajustes e correções no **inventário florestal**, conforme apontados no item DA ANÁLISE.
  - ii) Apresentação do **Alvará de Licença para Construção**.
- c. **Este documento tem prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua emissão.**
- d. **Qualquer infração ao presente Parecer implicará o imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.**

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2023

<sup>1</sup>CORREIA, J.; FANTINI, A.; PIAZZA, G. Equações Volumétricas e Fator de Forma e de Casca para Florestas Secundárias do Litoral de Santa Catarina. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, 2017.

<sup>2</sup>OLIVEIRA, L. Z.; VIBRANS, A. C.; ULLER, H. F. **Modelo de volume total para espécies arbóreas da Floresta Ombrófila Densa de Santa Catarina**. Blumenau: IFFSC, 2019.

**PARECER SEMAM N° 569/2023**

---

**Eduarda Montibeller Schuch**

Diretora de Licenciamento Ambiental  
Portaria 29.932/2023  
(Assinado digitalmente)

---

**Sandra Aguiar de Oliveira Pires**

Especialista Ambiental  
Matrícula 49413  
(Assinado digitalmente)



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D9C1-F4B2-DE51-12D8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA AGUIAR DE OLIVEIRA PIRES (CPF 009.XXX.XXX-00) em 08/12/2023 15:45:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/D9C1-F4B2-DE51-12D8>